

O IMPACTO DAS CHUVAS NAS MORADIAS PRECÁRIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Bruna Marques¹
Giulia Estelita²
Lenino Oliveira³
Victoria Rodrigues⁴

RESUMO:

Este artigo pretende gerar diálogos sobre os impactos urbanos, sociais, emocionais, ambientais e políticos causados pelas chuvas nas moradias precárias da região metropolitana do Recife. Todos os anos o grande Recife sofre com as chuvas, contudo aqueles que não tem acesso a uma moradia digna sofrem ainda mais. A construção urbana da cidade não foi planejada e diversos motivos sociais fazem com que não haja outra solução além de morar em áreas de risco. Muito pouco é feito para mudar esse cenário, mesmo sendo uma realidade constante e de longa data. Atualmente, as consequências do descuido ambiental intensificam as tragédias, que por terem se tornado tão frequentes foram normalizadas. Vidas transformadas em números, sofrimento em estatísticas.

Palavras-chave: Chuvas; Urbanismo; Recife

1.INTRODUÇÃO

Cidades edificadas com disparidades socioeconômicas ampliam a fragilidade e as desvantagens para aqueles que residem em áreas ambientalmente sensíveis, que constituem a maior parte das regiões periféricas no Brasil. Para o progresso de qualquer cidade, é necessário expandir os serviços públicos, como abastecimento de água, rede de esgoto, eletricidade, pavimentação, e outros. A garantia desses serviços é crucial para uma moradia ser considerada digna. No entanto, o processo de urbanização no Brasil ocorreu rapidamente, deixando para trás sua predominância rural em poucas décadas e acarretando o surgimento de inúmeros problemas. Apesar do Brasil reconhecer a moradia digna como um direito a todo cidadão, os números altíssimos de pessoas que vivem em favelas ou moradias precárias, além das em situação de rua, mostra que, na prática, apenas reconhecer esse direito não é suficiente.

O período das chuvas no Recife é de extrema preocupação para todos, tendo em vista que a crise ambiental intensifica as consequências da falta de escoamento, acarretando mudanças nas comunidades bióticas vigentes no local. As chuvas torrenciais são

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade ESUDA

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade ESUDA

³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade ESUDA

⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade ESUDA

intensificadas com o aumento do aquecimento global e conseqüentemente, o aumento do nível do mar, pois quando coincide a maré alta com chuvas sem a infiltração adequada, o problema torna-se ainda maior. Vale ressaltar ainda que essa dificuldade é ampliada com a falta de vontade social de cooperação e despejo do lixo nas lixeiras comuns e de coleta seletiva e respeito ao limite mínimo de área verde no terreno, para que a chuva possa infiltrar e não correr somente para as ruas.

A falta de esforços para erradicar os impactos das fortes chuvas no grande Recife coloca a vida de inúmeras pessoas em risco. Mesmo aqueles que conseguem preservar as suas vidas acabam precisando de assistência financeira e emocional para superar a tragédia que enfrentaram. Visto isso, fica claro que discussões sobre os impactos das chuvas no Recife são de extrema importância para que possamos mudar esse cenário.

2. AS CAUSAS DA EXISTÊNCIA DAS MORADIAS PRECÁRIAS

Cidades construídas a partir de condições socioeconômicas desiguais ampliam a vulnerabilidade e as desvantagens de quem ocupa áreas ambientalmente frágeis, córregos e morros, que constituem a maior parte das periferias brasileiras. As moradias precárias, como as favelas, são acompanhadas pela ausência de infraestrutura. Para o crescimento de qualquer cidade se faz necessária a expansão de todo serviço público como distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica, pavimentação, entre outros. A garantia desses serviços é essencial para uma moradia ser considerada digna, entretanto, o processo de urbanização no Brasil desenvolveu-se de maneira acelerada, visto que em poucas décadas o país deixou de ser um território predominantemente rural e tornou-se majoritariamente urbano.

Diante desse quadro, foram crescentes ao longo do tempo os problemas de moradia no Brasil, vale lembrar que a urbanização em si não é o problema, pois a aglomeração urbana favorece, em tese, a realização dos serviços públicos em razão da proximidade geográfica.

Desde meados do século XX, em 1948, o direito à moradia passou a ser considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que deu o estopim para o começo da Organização das Nações Unidas.

"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Portanto, desde essa época o direito à moradia é considerado um direito humano universal, isto é, todas as pessoas devem ter acesso – entre os países integrantes da

ONU. O Brasil, como membro da ONU, assina embaixo do que diz a Declaração dos Direitos Humanos, porque os tratados e acordos internacionais assinados pelo Estado brasileiro têm força de lei, fazendo ser obrigatório o seu cumprimento dentro do nosso território. Além da declaração da ONU, o Brasil também integra o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que foi promulgado em 1996. O Pacto diz que os Estados que o assinaram “reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida.”

Apesar disso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 11 milhões de pessoas vivem em favelas ou em moradias consideradas precárias, ou seja, apenas 52% da população brasileira vive em condições regulares de residência, também vale ressaltar para o fato de que mais de 32 mil pessoas vivem em situação de rua no país.



Imagem mostra a diferença entre a favela de Paraisópolis e o bairro do Morumbi em 2004. Foto: Johnny Miller/Reprodução.

https://ichef.bbci.co.uk/news/800/cpsprodpb/DA48/production/_110008855_paraisopolis.jpg

Por vezes, as notícias e dados que tentam dar conta do tamanho da desigualdade social falham, Números fracionados e siglas se mostram pouco eficientes em muitos casos para retratar o tamanho do problema. Logo, para tentar tornar mais claro o fenômeno, o fotógrafo Johnny Miller teve a iniciativa de mostrar, do alto, qual a aparência dessa desigualdade que os índices tentam quantificar. Entre as fotos disponíveis em seu perfil do *instagram* está uma das regiões mais emblemáticas da desigualdade brasileira, a “fronteira” entre os bairros de Paraisópolis e Morumbi, na zona sul de São Paulo, mostrada anteriormente nesta escrita. Apesar da foto ter sido tirada em São Paulo, é importante destacar que poderia facilmente ser em qualquer outra

cidade do Brasil, inclusive no Recife, infelizmente a desigualdade é extremamente presente na nossa sociedade e pode facilmente ser observada no cotidiano.

Devido à falta da garantia ao acesso digno à moradia, o coração da capital pernambucana enfrenta problemas de emergência habitacional, e até o ano de 2022 mais de 520 famílias vivem em quatro edifícios, até então abandonados. Grande parte das famílias que vivem nesses espaços tiveram suas rendas, ou suas casas, afetadas por conta das chuvas, e não receberam auxílio algum do governo, ficando desamparadas, sem ter outra opção a não ser partir para a ocupação de edifícios abandonados, e se colocarem numa situação de vulnerabilidade. Dentre os edifícios ocupados, cerca de 350 famílias vivem no antigo prédio do conselho regional de contabilidade de Pernambuco (CRC-PE), no bairro da Boa Vista. Embora os moradores se empenhem para que haja uma boa convivência, através de estratégias para que tenham privacidade, e o mínimo de conforto possível, as instalações do prédio são precárias. No primeiro andar, uma enorme rachadura corta o chão do espaço de um lado a outro, a energia elétrica foi instalada com improviso, e não há saneamento básico no local, tampouco chuveiros. Os moradores usam baldes para dar “descarga” nas privadas dos banheiros, e tomam banho com o auxílio de vasilhas. Outros três estão ocupados no Centro: os antigos prédios do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, também no bairro da Boa Vista, o **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** e o **Hotel Nassau**, ambos em Santo Antônio, além de outras ocupações que permanecem ativas no Centro do Recife.

3. A FALTA DE COMPROMETIMENTO NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA

As fortes chuvas assolam a região metropolitana do Recife todos os anos, contudo a imprevisibilidade dos impactos dessa chuva deixa a população ainda mais despreparada. Nos últimos 60 anos 3 grandes catástrofes se fizeram presente nesta região, deixando como marca centenas de vidas perdidas em cada uma delas e inúmeras pessoas desabrigadas e feridas,esses fatos evidenciam que pouco vem sendo feito para prevenir e melhorar essas situações.

Em 1966, o maior desastre natural do estado aconteceu deixando 175 pessoas mortas, com as fortes chuvas a água do rio Capibaribe transbordou, submergindo múltiplas partes do Recife. Já em 1975 apenas 20% do território recifense habitado não ficou alagado, atrelado a isso, houve ainda um boato de rompimento da barragem de Tapacurá que também deixou vítimas, ao todo 107 pessoas faleceram. No século XXI a narrativa

não é diferente, superando a enchente de 75, em 2022 as fortes chuvas e os deslizamentos de barreira tiraram a vida de 126 pessoas.

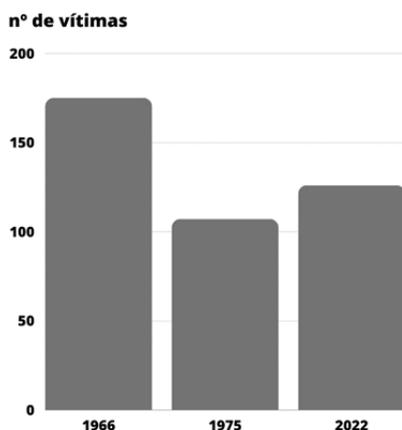


Imagem do gráfico que mostra o número de vítimas das chuvas. <https://www.canva.com/design/DAFizEG9lqA/JKaZmkpdDsRtSFmyghaA1Q/view>

A partir do gráfico podemos visualizar com mais clareza como a distância de tempo é grande, porém o número de vítimas continua próximo, durante esses 60 anos o que mudou não foram as ações mitigadoras para proteger a população desses desastres e sim a forma como eles acontecem, isso porque no século passado grande parte das perdas eram causadas por afogamento, entretanto em 2022 elas foram causadas por deslizamento de barreiras e existe uma explicação para isso: o crescimento populacional e a falta de planejamento urbano.

Nas últimas décadas a população mundial cresceu gritantemente, e não foi diferente no Recife, contudo esse processo gerou muito desemprego e pobreza, consequentemente cresce a busca por moradia em áreas menos valorizadas e até perigosas, por conta do seu desnível, além disso as construções realizadas nesses locais não são projetadas e/ou acompanhadas por especialistas da área as tornando ainda mais suscetíveis a desmoronamentos.

Ademais, essas construções não têm acesso a saneamento básico, fazendo com que o esgoto seja despejado no morro, a consequência disso vai além do risco para saúde dos indivíduos do local, mas também afeta o solo que já está com água dos esgotos quando recebe a chuva, a junção dessas das águas favorecem os movimentos de massa. Uma pesquisa feita em todo Brasil mostra que Recife e Jaboatão estão entre as 20 piores cidades em relação ao saneamento básico, também foi mostrado que apenas 30,8% das pessoas têm acesso a esgoto e 18,3% ainda não têm acesso a água tratada.

As políticas de infraestrutura da região metropolitana do Recife são extremamente falhas a carência de saneamento básico, de ações para diminuir o déficit habitacional são claras e fatais. De antemão o poder público tem a responsabilidade de promover ações mitigadoras como: monitorar as áreas de risco e emitir alertas para evacuação, tendo em vista que realocar esses moradores para locais seguros e bem estruturados leva tempo.

Porém, a longo prazo, operações visando habitações de qualidade para todos são necessárias, por isso foi criado o projeto das ZEIS ou Zonas Especiais de Interesse Social, que são terrenos da cidade reservados com prioridade para a moradia popular, em que a Prefeitura e o Governo Estadual devem ou melhorar as condições de moradia de quem já está morando ali, seja regularizando, urbanizando ou reformando, ou construir novas habitações. Por conta disso, qualquer obra ou projeto realizado nestas áreas só pode ser feito com a aprovação dos moradores locais, que têm o direito de participar do conselho gestor da sua ZEIS, uma instância de participação paritária entre poder público e sociedade civil organizada. Apesar de super importantes, elas são pouco discutidas, por isso especialistas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP lançam material com visual atrativo e linguagem acessível para informar e estimular o debate sobre essas áreas.



http://www.labcidade.fau.usp.br/cartilha_zeis_para-aprovacao_digital_20210118/

A partir dos mapas e ilustrações produzidos, é possível entender que, por exemplo, sendo ocupante, proprietário ou inquilino de uma ZEIS, você pode demandar que o governo faça a regularização fundiária, a urbanização da área, a reforma de construções existentes ou a construção de novas moradias e comércios, que devem atender quem já vive e trabalha nas ZEIS. E pode também começar a organizar o Conselho de sua ZEIS para planejar o futuro.

Esse instrumento foi um marco histórico relativo ao reconhecimento da diversidade de ocupações existentes nas cidades e à possibilidade de construir uma legalidade para

essas ocupações tão presentes em nossas cidades. O instrumento também responde aos preceitos constitucionais relativos ao direito à cidade e ao direito à moradia para populações de baixa renda, inclusive, em lugares centrais e valorizados.

Todavia, não é obrigação absoluta dos órgãos públicos solucionar esses problemas, a sociedade também é de extrema importância nesse processo tendo em vista que atitudes como jogar lixo na rua, não cumprir as regras de solo natural nas construções, ou até ter indústrias funcionando fora das normas e liberando inúmeros gases para a atmosfera, tem grande impacto como causas dessas catástrofes, contudo, muitos dos que fazem essas ações não são prejudicados diretamente, por isso continuam a fazer.

Portanto, é evidente que muito tem que ser feito para que se possa viver em uma cidade onde a chuva não é uma tragédia. Tanto o poder público quanto os moradores da região metropolitana do Recife precisam se unir para que no futuro as pessoas não tenham que fugir de suas casas nos dias de chuva e sim se abrigar nelas.

4. A CRISE AMBIENTAL E OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O período das chuvas na cidade do Recife é de grande preocupação para a parcela social que vive em moradias precárias, tendo em vista as condições insalubres de convivência que são causadas principalmente pela falta de planejamento urbano e residencial, acarretando dentre diversos fatores, uma enorme crise ambiental, uma vez que as chuvas em grande quantidade que não são escoadas alagam as ruas e alteram o ecossistema.

Uma alternativa bastante recorrente e mais prática na construção residencial atualmente é a substituição ou diminuição da área verde, que de acordo com a legislação é obrigatória em no mínimo 25% do terreno, por materiais de cimento e concreto para que seja aproveitada a maior área possível de construção. Em contrapartida, uma vez que retirada parcialmente ou totalmente a cobertura vegetal de uma residência, as águas das chuvas não conseguem escoar e infiltrar a terra para completar o ciclo hidrológico, sendo a única solução correr para as ruas, que já se encontram com seus pontos construídos de escoamento entupidos pela negligência da sociedade ao não descartar o lixo de maneira correta, apesar de existirem na cidade do Recife muitos lixeiros em áreas comuns e pontos de coleta seletiva. Assim, além da falta de vontade social de cooperação, os impactos das chuvas nas moradias que não possuem a devida revisão técnica da lei tornam-se ainda piores, agravando as consequências de períodos com

chuvas intensas e escassa vontade populacional e governamental de mudança de cenário.

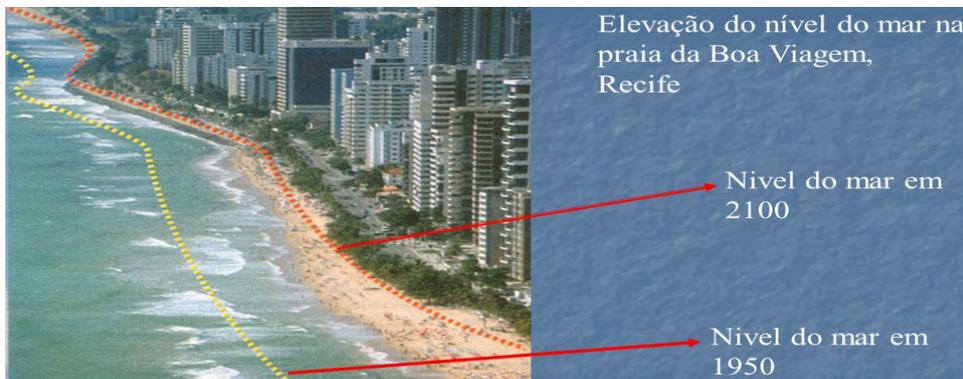
Ademais, a problemática da falta de infiltração e escoamento correto da chuva que acarretam o alagamento, por exemplo, também prejudica o ecossistema, uma vez que ele interage diretamente com o meio ambiente e qualquer mudança ocorrida afeta as comunidades bióticas de um determinado local. Esse cenário inclui, muitas vezes, a necessidade de mudança de habitat do animal devido à destruição dele causada pelas chuvas e, até mesmo, a morte de algum componente da cadeia alimentar, sendo preciso buscar novas fontes de alimento.

No fim de Maio de 2022, a Região Metropolitana do Recife foi tomada por grandes chuvas e alagamentos em quase todo o território e segundo uma rede internacional de cientistas climáticos, a World Weather Attribution, a crise climática vivenciada pode ter aumentado em cerca de 20% as tempestades de Pernambuco. Além disso construções sem o padrão de segurança e problemas de drenagem, que explica a enorme perda de moradia por desabamento ou deslizamento nesse período, que também pode ser relacionado à falta de cobertura vegetal nas encostas e áreas íngremes do terreno, deixando o solo impermeável e proporcionando ainda mais velocidade para as águas das chuvas ao chegarem à terra.

Ademais, é importante lembrar que o aquecimento global, causado pela emissão de gases do efeito estufa principalmente por ações humanas, contribui para o aumento das chuvas torrenciais no Nordeste, devido ao aumento da umidade e temperatura global do planeta, que acelera uma série de processos atmosféricos. O dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄) foram os mais liberados na atmosfera, aumentando em quase 60% a emissão de gases do efeito estufa e subindo a temperatura média do planeta em 1,2°C, de acordo com o site Um Só Planeta, da Globo.

É importante falar também sobre o aumento do nível do mar em razão do derretimento das geleiras, que tem como consequência possíveis inundações nas costas, dessa vez, não por causa de chuvas torrenciais, mas pelo aquecimento global. O aumento do nível do mar, além de inundações, pode contribuir para a erosão de litorais, piorar a qualidade de água potável, causar danos ao patrimônio histórico e artístico, afetar o cotidiano de moradores e convertê-los em refugiados climáticos. Quando junta o período das chuvas intensas e o aumento do nível do mar, a situação torna-se ainda mais grave. Um exemplo de como esse aumento está impactando a cidade há um tempo

pode ser retratado nessa fotografia, que compara o nível do mar em 1950 e onde ele estará, provavelmente, em 2100:



Fonte: Revista Veja, Maio, 2004, Projeção do aumento do nível do mar em aproximadamente 100 anos. <https://images.app.goo.gl/NphJ66xWwjXAhEFU7>

5. OS IMPACTOS SOCIOEMOCIONAIS

Como foi apresentado anteriormente, nas últimas décadas inúmeras catástrofes assolaram a região metropolitana do Recife causadas pela falta de comprometimento com o bem-estar e segurança dos cidadãos. Contudo, o problema não é apenas a falta de estrutura, mas sim a falta de apoio psicológico às famílias que perderam entes queridos, por conta das chuvas. São inúmeros os relatos de pessoas que perderam não apenas seus bens materiais como casa, mas algo que não se compra, a vida. Vidas essas que tiveram um fim por conta do impacto causado pelas chuvas em suas moradias precárias.

É evidente a falta de assistência às pessoas que vivem nesse cenário traumático, onde grande parte dos indivíduos que perderam suas casas permanecem sem moradia, e sem o auxílio necessário para que consigam retomar suas vidas, pessoas essas que permanecem morando em abrigos, ou na casa de parentes. Embora a prefeitura tenha comunicado e prometido que haveria um auxílio para as vítimas causadas pelas chuvas, muitas pessoas continuam sem acesso a ele, e quando perguntaram sobre o subsídio que lhes foi assegurado, continuaram sem respostas. "Veio muita gente fazer cadastro, mas até agora não foi resolvido nada. Já fiz tanto cadastro que eu não sei nem pra quem estou dando meus documentos. E não sei qual a prefeitura, porque a interdição foi feita por Jaboatão e o cadastro pelo Recife. Até agora, nenhuma das duas resolveu nada. Até por psiquiatra eu só sou acompanhado porque tenho plano de saúde", afirmou um morador recifense. Esse é o relato de uma das vítimas que não recebeu o auxílio mesmo após ter passado por todo o processo necessário para que recebesse aquilo que lhe foi

prometido. O drama de quem teve perdas nas tragédias está por todo lado. É o caso do motorista de ônibus Reginaldo Ramos Feitosa, que teve a sua casa atingida por uma barreira que deslizou, em Monte Verde, no limite de Recife e Jaboatão dos Guararapes. Reginaldo e a mulher foram resgatados, mas ficaram sem nenhum bem material. No entanto, a principal perda foi a sua filha, a engenheira Thais Regina Feitosa. "Perdi minha filha e a casa toda ...Perdi tudo. Não foi resolvido nada, não recebemos nada de governo ou prefeitura. Também não vem ninguém para dar um apoio. O sentimento é de abandono.", declarou.

Percebe-se também uma naturalização das perdas ao observar o número de pessoas que continuam desaparecidas, e a falta de auxílio, principalmente psicológico, às pessoas que tiveram seus entes queridos mortos por conta das chuvas intensas. O relato de Mariana Rodrigues, retrata exatamente esse cenário. "Moro no bairro de Marcos Freire, um dos mais afetados pela chuva, e todos os anos no período de inverno sofremos com inundações. Na enchente de 2021, meu avô veio a falecer de infarto causado pelo pânico após ver a água entrando dentro de casa, os bombeiros demoraram 6 horas para chegar até o local e informaram que a demora do atendimento foi devida a falta de automóveis para o socorro, meu avô só conseguiu chegar até eles quando pusemos ele em cima de um colchonete onde fomos empurrando com ajuda da correnteza, anterior a isso eu e meus familiares "leigos" no quesito de primeiros socorros ficamos durante as 6 horas fazendo massagem cardíaca da forma que podíamos, porém infelizmente meu avô não sobreviveu ... não tivemos nenhum suporte da prefeitura ou de qualquer órgão em relação a algum suporte psicológico. Em maio de 2022, sofremos novamente com outra enchente. Passamos 3 dias "ilhados" vivi nesse momento um verdadeiro cenário horripilante, foram os piores 3 dias da minha vida. ... E novamente não houve nenhum suporte ou apoio da prefeitura e nem do governo, os próprios moradores se encarregaram de ajudar aos mais afetados com doações ou até mesmo um ombro amigo." Assim, conseguimos concluir que a dor de perder o seu lar, e as pessoas que ama, se torna ainda maior ao não receber o apoio que é preciso.

REFERÊNCIAS:

MORAIS, Katarina. O dia seguinte no Jardim Monte Verde, o lugar que nunca mais será o mesmo após as chuvas em Pernambuco. Disponível em <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/05/15016694-chuva-em-pernambuco-o-dia-seguinte-no-jardim-monte-verde-o-lugar-que-nunca-mais-sera-o-mesmo-apos-deslizamentos-de-barreira.html>> . Acesso em 28/05/2023.

MORAIS, Katarina. Falta de infraestrutura contribui para deslizamentos de barreira no Grande Recife. Disponível em <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/05/15017236-chuvas-em-pernambuco-falta-de-infraestrutura-contribui-para-deslizamentos-de-barreira-no-grande-recife-apontam-especialistas.html>> . Acesso 28/05/2023.

MORAIS, Katarina. CHUVAS EM PERNAMBUCO: tragédia em 2022 supera cheia de 1975 em número de mortos. Disponível em <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/05/15017762-chuvas-em-pernambuco-tragedia-em-2022-super-a-1975-em-numero-de-mortos.html>> . Acesso em 31/05/2022.

NÓBREGA, Fabio. Maior tragédia do século em Pernambuco, mortes pelas chuvas de 2022 superam total da cheia de 1975. Disponível em <<https://www.folhape.com.br/noticias/menor-tragedia-do-seculo-em-pernambuco-mortes-pelas-chuvas-de-2022/228963/>> . Acesso em 10/06/2022.

BARROS, Maria Lígia. Chuva atinge 36 cidades de Pernambuco e enchentes deixam quase 10 mil pessoas fora de casa. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/05/chuva-atinge-36-cidades-de-pernambuco-e-enchentes-deixam-quase-10-mil-pessoas-fora-de-casa>> . Acesso em 05/06/2022.

ROSA, André Luiz. Mortes causadas pelas chuvas é maior tragédia de Pernambuco. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-ultrapassa-a-maior-tragedia-causada-por-chuvas-em-pernambuco/>> . Acesso em 01/06/2022 .

AGUIAR, Priscilla. Pessoas que perderam parentes e casas dizem que ainda não receberam dinheiro de governos um mês após tragédia das chuvas. Disponível em <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/28/pessoas-que-perderam-parentes-e-casas-dizem-que-ainda-nao-receberam-dinheiro-de-governos-um-mes-apos-tragedia-das-chuvas-em-pe.ghtml>> . Acesso 28/06/2022.

MORAES, Katarina. Mais de 520 famílias sem-teto passam a ocupar prédios abandonados no Centro do Recife após chuvas e pandemia. Disponível em <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/12/15140582-mais-de-520-familias-sem-teto-passam-a-ocupar-predios-abandonados-no-centro-do-recife-apos-chuvas-e-pandemia.html>> . Acesso 15/12/2022.

Problemas do déficit habitacional na sociedade. Disponível em <<https://habitatbrasil.org.br/problemas-do-deficit-habitacional/>
<<https://www.fundacao1demaio.org.br/artigo/deficit-habitacional-reflete-a-desigualdade-do-pais/>>

Moradia: Constituição garante e reforça concretização do direito. Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizacao-do-direito>>. Acesso em 04/10/2018

SORDI, Jaqueline. Crise do clima tornou tempestade de Recife mais intensa. Disponível em <<https://projetocolabora.com.br/ods13/crise-do-clima-tornou-tempestade-de-recife-mais-intensa/>>. Acesso em 30/08/2022